



3º Encontro de Pesquisa
em Informação e Mediação



UNIVERSIDADE
ESTADUAL DE LONDRINA



III ENCONTRO DE PESQUISA EM INFORMAÇÃO E MEDIAÇÃO (III EPIM)

MULHERES NA DIVERSIDADE SOCIOCULTURAL: UMA ABORDAGEM PELA MEDIAÇÃO DA INFORMAÇÃO

Beatriz Oliveira Benedito - Universidade Estadual Paulista (UNESP)

Marcela Arantes Ribeiro - Universidade Estadual Paulista (UNESP)

Modalidade da Apresentação: Comunicação Oral

Resumo: Este artigo propõe transversalizar a mediação da informação com a reflexão sobre a diversidade sociocultural, enfocando a presença da mulher em espaços de poder, especificamente os espaços políticos. Considera-se mediação da informação no que tange às ações desenvolvidas pelo profissional da informação, as quais podem oportunizar e potencializar a presença da mulher em todos os espaços da sociedade brasileira. Desse modo, este trabalho apresenta uma leitura da mediação da informação nas relações de espaços de poder, permeadas pela diversidade sociocultural da sociedade contemporânea. A partir de uma abordagem qualitativa, foi possível pontuar o processo de mediação da Informação na consolidação da mulher em espaços de poder, tendo em vista que uma sociedade igualitária perpassa pelo reconhecimento da sua diversidade social, cultural e econômica.

Palavras-Chave: Mediação da Informação; Diversidade; Espaço de poder.

WOMEN IN DIVERSITY: AN APPROACH THROUGH THE MEDIATION OF INFORMATION

Abstract: This article proposes to mainstream the mediation of information with the reflection on socio-cultural diversity, focusing on the presence of women in spaces of power, specifically political spaces. Information mediation is considered in relation to the actions developed by the information professional, which can provide opportunities and enhance the presence of women in all spaces of Brazilian society. In this sense, this work presents a reading of the mediation of information in the relations of spaces of power, permeated by the socio-cultural diversity of contemporary society. From a qualitative approach, it was possible to point out the process of mediation of information in the consolidation of women in spaces of power, considering that an egalitarian society permeates the recognition of the social, cultural and economic diversity.

Keywords: Mediation of information; Diversity; Power space.

MUJERES EN EL ESPACIO DEL PODER: UNA APROXIMACIÓN A LA MEDIACIÓN DE INFORMACIÓN

Resumen: Este artículo propone transversalizar la mediación de la información con la reflexión sobre la diversidad sociocultural, enfocándose en la presencia de las mujeres en los espacios de poder, específicamente los espacios políticos. La mediación informativa se considera en relación a las acciones desarrolladas por el profesional de la información, que pueden brindar oportunidades y potenciar la presencia de la mujer en todos los espacios de la sociedad brasileña. De esta manera, este trabajo presenta una lectura de la mediación de la información en las relaciones de los espacios de poder, permeados por la diversidad sociocultural de la sociedad contemporánea. Desde un enfoque cualitativo, se pudo señalar el proceso de mediación de la información en la consolidación de las

mujeres en los espacios de poder, considerando que una sociedad igualitaria impregna el reconocimiento de su diversidad social, cultural y económica.

Palabras clave: Mediación de la información; Diversidad; Espacio de poder.

1 INTRODUÇÃO

A mediação da informação é um processo inerente aos afazeres do (a) profissional da informação, compreende-se que ela ocorre no movimento da vida, nas relações sociais de forma geral e ao longo do tempo e espaço de vivência do ser humano. Nesse contexto discursivo, Almeida Júnior (2015) pontua que a mediação da informação, e seus múltiplos caminhos, transversaliza pelo protagonismo social, através da apropriação da informação e da construção de conhecimento. São, com frequência, dimensões que remetem a um campo científico alinhado com as perspectivas sociais e preocupadas com o desenvolvimento ou empoderamento do indivíduo, e claro, com as novas percepções de ver o mundo

Nesse viés, os estudos sobre a mediação da informação têm demonstrado como ponto positivo a interdisciplinaridade, o que possibilita abordar os mais vários universos de pesquisa. Nessa perspectiva, é possível aplicar a concepção de mediação da informação na discussão sobre a mulher nos espaços de poder, sob o ponto de vista da diversidade, considerando-se as relações existentes na sociedade.

Assim, o tema deste estudo perpassa por uma reflexão inicial sobre as possibilidades da presença da mulher nos espaços políticos e a importância das ações do (a) mediador (a) da informação, para dar visibilidade a essas relações (que são desproporcionais), bem como disseminar a informações das cotas eleitorais para mulheres nos mais variados ambientes informacionais, a fim de possibilitar a apropriação da informação sobre a importância da mulher nos espaços de poder, dentre eles o político eleitoral. Nesta discussão, consideram-se os apontamentos apresentados por Biroli (2010, 2016), Araújo (2001, 2010, 2016) e Pinto (2010) referentes à presença da mulher nos espaços políticos e Almeida Júnior (2015) sobre a compreensão de mediação da informação.

O presente estudo é movido pela seguinte indagação: é possível um ponto de intersecção entre mediação da informação e a consolidação e ampliação da atuação da mulher em espaços de poder na sociedade, pelo viés da diversidade? Compreende-se o protagonismo social que tem o (a) profissional da informação no processo de transformação, isto é, a essência desse profissional condiz com os espectros transformativos que atendem demandas de uma sociedade pautada na diversidade, mas que apresenta lacunas em relação a grupos subalternizados, especificamente a mulher, no espaço do poder político.

A partir desse questionamento, esse estudo apresenta como objetivo geral apresentar uma leitura da mediação da informação nas relações de espaço de poder, considerando a diversidade sociocultural existente na sociedade contemporânea. Esse objetivo se desdobra enquanto específico em colaborar para com a compreensão da mediação da informação como um processo para a consolidação e ampliação de conquistas das mulheres nos espaços de poder demarcados na sociedade brasileira.

Para tal fim, desenvolveu-se um estudo de natureza qualitativa, do tipo exploratória e de cunho teórico. Além disso, os embasamentos desta discussão estão direcionados aos materiais e publicações científicas já produzidos na área da Ciência da Informação, bem como, os estudos inerentes à presença da mulher na diversidade sociocultural.

2 A MEDIAÇÃO DA INFORMAÇÃO

Mediação é um processo e trata-se de um termo interdisciplinar/multidisciplinar. O conceito de mediação é empregado, particularmente, na representação de diferentes fenômenos, bem como em ações transformativas inerentes ao contexto em que o indivíduo está imerso. Entende-se que a mediação constitui um novo sentido ou um novo olhar mediado (ALMEIDA; FARIAS, 2019).

Segundo Almeida Júnior e Santos Neto (2014, p. 100), é possível que ainda hoje haja quem compreenda a mediação como uma “ponte” o como um “objeto estático, concreto”, cujo cerne seria a transmissão de uma “mensagem/informação”. Todavia, segundo os autores, o conceito de mediação não se trata unicamente de uma simples “ponte transmissora”. Na analogia proposta pelos autores, a mediação acontece apenas quando ocorre uma ação de “interferência” de um sujeito, denominado mediador, o qual não é neutro, muito menos imparcial ou passivo; existe, de fato, um protagonismo central desse sujeito. Logo, o mediador é um facilitador de comunicação, de conversas ou de quaisquer tipos de diálogo; isso reafirma o caráter interdisciplinar da mediação.

Na Ciência da Informação (CI), as noções sobre mediação são especificamente pesquisadas através da mediação da informação. Segundo Almeida Júnior e Santos (2019), a terminologia mediação da informação apareceu, inicialmente, em um artigo de Leila Marcadante (1995); porém, nesta produção não havia nenhum sinal que indicasse a concepção sobre essa expressão. A primeira ideia conceitual de mediação da informação na CI foi proposta por Almeida Júnior, em 2006. Entretanto, entre 2008 e 2009, esse mesmo autor reformulou a essência inicial dessa expressão (SANTOS NETO, 2019) e em 2015, na obra

Mediação oral da informação e da leitura, ampliou o conceito e a compreensão da mediação da informação.

Vale destacar que a mediação da informação surgiu da necessidade de se atender a uma demanda teórica apresentada pelo Serviço de Referência e Informação (SRI), diante dos limites a diversas reflexões inerentes a esse tipo de serviço, considerado uma das atividades do bibliotecário. Além disso, o arcabouço teórico que sustentava as noções referentes ao SRI voltava-se apenas às técnicas e “apresentavam propostas muito mais metodológicas [...] propriamente, teórico-conceituais. Tal lacuna exigia um novo olhar e novas formas de se estudar o tema” (ALMEIDA JÚNIOR; SANTOS, 2019, p. 98).

Nesse viés, deve-se registrar que a mediação da informação, conforme compreendida na proposta de Almeida Júnior (2015, p. 25), em sentido amplo, corresponde a:

Toda ação de interferência - realizada em um processo, por um profissional da informação e na ambiência de equipamentos informacionais –, direta ou indireta; consciente ou inconsciente; singular ou plural; individual ou coletiva; visando a apropriação de informação que satisfaça, parcialmente e de maneira momentânea, uma necessidade informacional, gerando conflitos e novas necessidades informacionais.

Observa-se, nas palavras de Almeida Júnior (2015), que a mediação da informação está vinculada aos fazeres do profissional da informação, com o objetivo de satisfazer uma necessidade informacional “parcialmente e de maneira momentânea”, visando à apropriação da informação e, ainda, criar ou gerar novas demandas informacionais. Considerando-se o que diz o autor, dois grandes eixos estruturam o conceito de mediação: a interferência e a apropriação.

O primeiro eixo, que é a interferência, corresponde ao protagonismo ativo do profissional da informação na mediação da informação. Em outras palavras, a função do mediador não é de neutralidade nem de passividade. A postura do profissional da informação ultrapassa os limites das técnicas ou metodologias propostas por alguns autores da área, ao afirmarem que tais instrumentos são imparciais ou neutros. Quanto a esse debate, Fadel et al. (2010) dizem que, se houvesse de fato alguma forma e essência de neutralidade, o profissional da informação seria postulado como indivíduo “[...] neutro, mero objeto, e não sujeito da história. Seria também um reproduzidor de formas de entender e explicar o mundo” (FADEL *et al.*, 2010, p. 17). Nessa discussão, há que se notar, implicitamente, a impossibilidade de neutralidade, bem como a mera reprodução, por se conceber o sujeito como ser histórico, com experiências de vida para explicar e agir no mundo; tal situação transparece no processo

de mediação da informação, para atender a algumas necessidades informacionais dos usuários da informação.

Destaca-se, ainda, que, se o (a) mediador (a) da informação fosse unicamente e apenas um (a) reproduzidor (a), estaria atendendo a um único interesse; desse modo, sua atuação reafirmaria a sustentação dos “interesses e da ideologia de determinadas classes” (FADEL *et al.*, 2010, p. 17). Assim, a interferência realizada por esse profissional é completamente distinta das noções de manipulação, pois a interferência é natural de suas atividades, seja conscientemente ou não.

Deve-se considerar que a ideia da mediação da informação perpassa pela existência de um “terceiro elemento”, que atua nos mais variados ambientes informacionais entre a informação e o usuário da informação, o qual exerce um papel eloquente no processo de mediação. O “terceiro” não é somente o outro, mas possui uma presença marcada, pois “ele interfere na relação entre os dois sujeitos, implicando em alterações nos produtos - no caso específico, a informação - que estão em troca” (ALMEIDA JÚNIOR; SANTOS, 2019, p. 98). Não é demais afirmar que a postura do terceiro é compreendida como uma interferência que contribui para o processo de construção de conhecimento; portanto, “o mediador é aquele que se posiciona de maneira intencional e medeia algo ou alguma coisa para alguém, com o intuito de modificar a situação ou solucionar problemas” tal como pontuam Bortolin e Santos Neto (2015, p. 39).

Outro eixo estruturante da mediação da informação é a apropriação, que condiz, basicamente, à compreensão/entendimento do conteúdo. Conforme Fadel *et al.* (2010), a apropriação está na contramão da ideia de uso da informação, ou seja, tais ações são opostas. Segundo os autores, os indivíduos não apenas fazem o uso da informação, mas, sobretudo, realizam diversas ações para alterar, modificar e transformar a informação em conhecimento. É através do conhecimento e dos processos de transformação que cada sujeito se relaciona com o mundo. Logo, a base da mediação da informação se encontra na constatação de que o conhecimento é individual e dinâmico, entretanto é construído nas relações. Assim, a mediação da informação é também um processo de aprendizagem constante.

Almeida Júnior e Santos (2019), ao refletirem sobre o conceito de mediação da informação, discutem acerca da informação como geradora de conflitos. De acordo com os autores, a informação não preenche lacunas, muito menos resolve questões problemáticas, mas gera inquietações. Observa-se que a informação, quando apropriada, move o sujeito de uma posição passiva e, ao mesmo tempo, “[...] quebra as certezas. E faz isso porque ela gera

conflitos. A cada momento em que nos defrontamos com o novo, com o desconhecido somos levados a nos reconstruir em relação ao nosso conhecimento” (ALMEIDA JÚNIOR; SANTOS, 2019, p. 101).

Nesse sentido, cada ser humano possui dentro de si a curiosidade de conhecer tudo o que é novo, desconhecido; por isso, compreende-se que a busca para saciar curiosidades e satisfazer angústias pode gerar posicionamentos distintos dentro de um espaço e em determinadas relações com o outro e com o mundo, o que precisa ser explicado dentro de novas perspectivas, novas visões, novos olhares.

A partir das reflexões apresentadas, discute-se a mediação da informação na perspectiva da diversidade social, na seção a mulher no espaço de poder (tópico 4) pelo viés da mediação da informação, possibilitando um lugar de descoberta que envolve a inserção da mulher em espaços de poder na sociedade brasileira.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Essa pesquisa é essencialmente de natureza qualitativa, do tipo exploratória e de cunho teórico.

Em termos gerais, os estudos qualitativos, são com frequência, flexíveis. Isto é, não possuem uma estrutura rígida ou engessada. As pesquisas de natureza qualitativa reforçam a ideia da utilização e combinação de procedimentos diferenciados para a compreensão dos objetivos, fenômenos ou realidades, permitindo assim, maior inserção do pesquisador em determinados objetos de estudos, inclusive, fenômenos sensíveis a apuração estatística e mensuração dos dados. Ademais, é eloquente também, nesta abordagem o uso da criatividade do pesquisador, tanto na coleta, quanto na interpretação dos dados

Gomes (2016, p. 72) ressalta que uma das maiores particularidades das abordagens qualitativas está direcionada aos meios de análise e interpretação, pois, “ao analisarmos e interpretarmos informações geradas por uma pesquisa qualitativa, devemos caminhar tanto na direção do que é homogêneo quanto no que se diferencia dentro de um mesmo meio social”, para uma melhor leitura daquilo que está presente em torno dos objetos de pesquisa. É interessante ressaltar que, os múltiplos caminhos adotados pelas pesquisas qualitativas, confere às várias oportunidades de inter-relação entre diversos temas de debates, podendo resultar em novas teorias, ou complementar os anseios de antigas discussões.

Cabe mencionar ainda que, os estudos qualitativos transitam por alguns tipos de pesquisa, em especial, do tipo exploratória. Para Gil (2002), as características das pesquisas

exploratórias, consistem principalmente, em temáticas que são pouco aprofundadas em determinadas áreas de conhecimento, ou ainda, em campos científicos apresentam certa resistência para discutir temas peculiares.

Mediante isso, essa pesquisa busca representar as discussões da mediação da informação nos espaços de poder, a partir de dois pontos de debates, a saber: a presença da mulher nas relações de poder, mas sobretudo, a participação do público feminino no universo político institucional e as concepções inerentes a mediação da informação. Desta forma, para embasar esta discussão e construir o arcabouço teórico, foram utilizadas publicações inerentes à literatura da Ciência da Informação, entre elas, Almeida Júnior (2015) e Gomes (2014), e ainda, textos direcionados à essência antropológica, Laraia (1986) e por fim, produções vinculadas à frágil presença de mulheres nos âmbitos de poder, a saber: Biroli (2010, 2016), Pinto (2010) e Miguel (2010).

E por fim, fundamenta-se na compreensão de que “os procedimentos para fazer ciência devem permitir a observação racional do(s) fato(s), a interpretação e a explicação adequada do(s) fenômeno(s) [...]” (VALENTIM, 2005, p. 13). Portanto, foi possível demonstrar que a discussão sobre a mediação da informação perpassa por todos os espaços de relação social, construindo caminhos para a apropriação da informação nos ambientes de poder e prestígio social.

4 A MULHER NO ESPAÇO DE PODER PELO VIÉS DA MEDIAÇÃO DA INFORMAÇÃO

A presença de um “terceiro” como elemento fundamental no processo de mediação possibilita a reflexão inter-relacionando a presença do profissional da informação como mediador, em espaços de poder, para garantir a diversidade social. Nessa perspectiva, enfoca-se a presença da mulher em espaços políticos, afinal, como pontua Laraia (1986) ao discutir as questões de Tylor, “a diversidade é explicada por ele como o resultado da desigualdade de estágios existentes no processo de evolução” (LARAIA, 1986, p. 32-33).

Neste trabalho, a mediação da informação considera as ações do profissional da informação vinculadas a variadas ambiências informacionais que permitem uma interferência e que demonstrem, de forma coletiva, a presença da mulher na sociedade, mais especificamente sua participação nos espaços políticos, considerados como espaço de poder, visto que o “espaço político é aquele circunscrito pelas ações das instituições políticas (instituído) e das forças instituintes, que lhe conferem um limite, dentro do qual há efeitos identificáveis e mensuráveis” (CASTRO, 2012, p. 66).

Ao se pensar ações institucionais com efeitos na sociedade, abrem-se possibilidades para refletir sobre o poder de ação e decisões, tomando-se o posicionamento econômico e social como eixo central do desenvolvimento político, social, educacional, tecnológico e científico. Assim, a presença da mulher, na perspectiva da diversidade sociocultural, tende a ampliar os temas de debates nos espaços de poder, rompendo com a visão de que “este espaço de poder tem mostrado uma grande capacidade de conversão de novos membros à sua dinâmica de reprodução de desigualdade, na apropriação, por exemplo, dos bens públicos” (PINTO, 2010, p. 20).

A questão que se coloca, nessa dinâmica assimétrica, é o enquadramento do acesso desigual das mulheres à política - e aqui faz sentido resgatar as palavras de Biroli (2010) e Miguel (2010): o personagem feminino carrega consigo as marcas da ‘feminilidade’, que estimulam a inferiorização, ou ainda, reduzem sua fala a uma posição inferior no jogo político. Assim, nesses espaços, o (a) mediador (a) é o profissional que busca compreender, identificar e vincular os vários elementos socioculturais que configura essa argumentação e demonstram os conflitos de interesses, entre os quais se encontram os interesses e temas defendidos pelas mulheres, que percorrem eixos e círculos subalternos nas instâncias políticas.

Atualmente, a representatividade da mulher nos espaços políticos ainda está marcada pela fala da desigualdade. Para exemplificar tal reflexão, e considerando o ano de coleta dos dados desta pesquisa, em uma das maiores cidades do país, São Paulo, apenas 11 mulheres atuam como deputadas na legislatura 2019-2023; ao todo, 77 mulheres representam a bancada feminina na Câmara dos Deputados, número que corresponde a apenas 15% das cadeiras ocupadas; em contrapartida, 436 homens atuam como deputados¹ (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2020). Esses dados revelam a existência de mecanismos subjetivos e imateriais que afetam as condições de acesso do público feminino aos espaços políticos (MIGUEL, 2010), mantendo, efetivamente, a representatividade absoluta do sexo masculino.

Nesse sentido, defende-se que, a partir do processo de mediação da informação efetivado pelo profissional da informação, direta ou indiretamente, é possível questionar essa realidade discrepante nos espaços políticos. As possíveis respostas para tal questionamento transversalizam diversos níveis de complexidade. Claramente se percebe não se tratar de uma única retórica, e sim de discussões que levam em conta diversas dimensões de análise. Desse modo, há um crescente interesse de pesquisadores(as) motivados(as) a compreender os

¹ Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/550935-bancada-feminina-na-camara-sera-composta-por-77-deputadas-na-nova-legislatura/>. Acesso em: 25 maio 2020.

fluxos que governam a dinâmica da fraca presença de mulheres em âmbitos políticos, a exemplo de Biroli (2010, 2016), Araújo (2001, 2010) e Pinto (2010).

Para Pinto (2010) a ausência da mulher nos ambientes de poder, ocorre em virtude do “poder” pessoal que os representantes eleitos pelo povo adquirem, bem como, se apropriam ao longo de seus mandatos. Por outro lado, Miguel (2010) apresenta outra observação, segundo o autor, a sub-representação de mulheres emerge da (re)produção das hierarquias de gênero, e demais intersecções (raça e classe), arraigadas na sociedade contemporânea e reproduzidas através de “assimetrias e exclusões” na política institucional. Nessa mesma linha de raciocínio, tem-se, Biroli (2010, 2016) que se refere a frágil presença de mulheres nos espaços políticos, a partir da reprodução ou construção de estereótipos de gênero, comentando que as mulheres carregam características estimuladas pela marca da feminilidade, atributos vinculados ao contexto emocional: delicadeza, sensibilidade, paciência e poder da escuta. Em grande medida, são aspectos inerentes aos arranjos familiares e domésticos, considerados inapropriados para assumir qualquer posição do universo de comando e poder.

Na análise de Miguel (2010, p. 45), “as marcas de feminilidade” negligenciam o discurso das mulheres a uma posição inferior, colocando-as “nas posições menos centrais do campo político”; contudo, a falta dessas características é “denunciada como uma falha daquela que não as tem: a emotividade excessiva não é pertinente num campo político, mas a frieza e a racionalidade não cabem a uma mulher” (MIGUEL, 2010, p. 45).

As práticas e critérios que emergem dos estereótipos de gênero são influenciados, segundo ressalta Biroli (2010, p. 274), pela “naturalização da exclusão das mulheres” e o “fator de legitimação da política como “negócio de homens”. Em suma, constata-se que valores patriarcais e sexistas formatam as relações sociais e laborais entre homens e mulheres na sociedade. Logo, a pequena presença do público feminino nas instâncias políticas ultrapassa os limites da falta de interesse e da ambição política, uma vez que “a sociedade inteira favorece sistematicamente os homens ao definir trabalho, mérito etc.” (KYMLICKA, 2006, p. 310) e, conjuntamente, desfavorece o público feminino ao vincular as mulheres aos arranjos domésticos, familiares e suas extensões diretas (BIROLI, 2010).

Constata-se que, ainda hoje, ocorre distribuição de tarefas não remuneradas e domésticas majoritariamente entre mulheres. Esse é um ponto preocupante e determinante nas disparidades de gênero e, sem dúvida, não é uma escolha voluntária das mulheres, muito menos forçada (BIROLI, 2015). Conforme Biroli (2016), o problema enfrentado nessa situação

são as limitações de acesso a tempo, renda e redes de contato, fatores determinantes no engajamento e ascensão social, inclusive no espaço da política. Nas palavras do autor,

[...] na forma de restrições no acesso a tempo, uma vez que se espera delas - mas não deles - que o envolvimento com sindicatos, militância, partidos políticos e mesmo com a carreira seja equilibrado com a vida doméstica familiar.

[...] essa mesma dinâmica, de responsabilização desigual e restrições no acesso ao tempo, sobretudo quando as mulheres têm filhos pequenos, orienta sua presença no mercado de trabalho e seu acesso à renda. [...] os homens têm renda maior do que as mulheres, mesmo em um contexto em que o acesso delas ao ensino formal é maior do que eles. Entre elas, o acesso a ocupações remuneradas tem correlação com a presença ou não dos filhos em creches [...] (BIROLI, 2016, p. 47-48).

Essa dinâmica que lhes rouba tempo e recursos pode também reduzir o acesso das mulheres a redes de contato que poderiam ampliar suas possibilidades de construção de uma carreira política ou mesmo de acesso a movimentos e espaços de organização coletiva (BIROLI, 2016).

Além das desigualdades entre os gêneros, deve-se registrar a concentração massiva de trabalhadoras femininas que, além de trabalharem fora, são “marcadas e oneradas pela divisão de tarefas e responsabilidades segundo os recursos que detêm para ‘driblar’ o tempo e energia”; por outro lado, os homens são liberados de atividades domésticas, encontram-se nos melhores cargos de tomada de decisão e, em especial, de prestígio social e político; além disso, os homens retêm maiores níveis de poder nas decisões públicas (BIROLI, 2016).

Araújo (2001, 2010) compartilha dessa mesma percepção, porém, ao discutir a temática, avança para o universo dos dispositivos legais, particularmente as cotas eleitorais/legislativas. Nessa abordagem, o processo de mediação, visando à apropriação de informação, torna-se fundamental para se compreender e lutar por cotas eleitorais que satisfaçam às demandas de uma sociedade marcada pela diversidade. Deve-se salientar que, na sociedade contemporânea, os movimentos feministas possuem um papel significativo no diálogo e na conquista dos direitos das mulheres. Uma das maiores conquistas desse movimento foi o sufrágio, o direito de votar, em 1918, no Reino Unido. No Brasil, tal conquista aconteceu com a promulgação do Novo Código Eleitoral, em 1932 (ARAÚJO, 2001; PINTO, 2010).

A atuação dessas mulheres resultou na redemocratização do Brasil, especialmente garantindo-lhes um espaço na Constituição Federal. Deve-se registrar sua inserção na política

institucional, por meio da implantação das cotas² de participação das mulheres nos sistemas partidários, cujo objetivo é estimular e aumentar a presença do público feminino no jogo político.

Assim, mesmo que não haja um quantitativo elevado de mulheres dispostas a concorrer a cargos políticos, elas dependem tanto dos partidos, como de uma fiscalização concreta da própria política institucional. O processo de mediação da informação possibilita a divulgação quando otimiza a disseminação da informação da importância da mulher na política e os meios legais para acessar esse direito, ressalta ainda que o processo da mediação da informação realizar-se a partir da consolidação e o levantamento de demandas sociais, como o acesso das mulheres aos espaços de participação política, além de outras demandas que atendam à sociedade atual.

Considerando esse contexto, exemplifica o processo de mediação da informação em ações como as políticas públicas de incentivo a participação de mulheres em todos os espaços relacionais, reconhecendo e enfrentando a construção do papel sociocultural da mulher na sociedade brasileira. Assim, defende-se que as ações sejam planejadas e executadas conforme o contexto sociocultural do tempo presente.

Para ser mais preciso, o papel da mediação da informação nesse contexto, encontra-se direcionado principalmente, na redução de algumas barreiras enfrentadas pelo público feminino. A mediação da informação, naturalmente reflete nos meios formais de comunicação ou de diálogos, que proporcionam o acesso democrático à informação, construção de conhecimento e novas formas de ver ou ler o mundo. Gomes (2014, p. 53) compreende que o processo de mediação da informação tem um sentido de dimensão ética que carrega consigo:

a consciência e a competência para intervir evitando a manipulação são dependentes da conduta ética associada à busca de identificação de sinais que indiquem o grau de conforto, confiança, cumplicidade e cooperação que se pode gerar na ação mediadora. Isso implica no desenvolvimento de competências para acolher, ouvir e dialogar com o outro, implica na capacidade de escuta e observação sensíveis dos comportamentos que se desdobram da ação mediadora, além da adoção dos princípios que inibam a censura e o direcionamento do acesso à informação que desconsidere a igualdade de direitos e a liberdade de pensamentos (GOMES, 2014, p. 53).

² Araújo (2001) explica que “as cotas foram aprovadas durante o segundo semestre de 1995. No primeiro momento, tendo em vista apenas as eleições para as Câmaras Municipais de 1996. Mas já no final de 1997 foi votada a nova Lei Eleitoral, de nº 9.504, ampliando a cota de vagas de 20 para 30% (ficando definido um mínimo de 25% de vagas, transitoriamente, em 1998), e definindo também a ampliação de 50% das vagas em disputa”.

Nesse sentido, existe a necessidade e preocupação com o ambiente coletivo, e ainda, um cenário marcado pelos traços de humanização no acesso das mulheres ao universo político. Sabe-se que a construção de conhecimento na política institucional é extremamente importante, tanto para o desenvolvimento econômico e político, quanto para as demais esferas que refletem na sociedade contemporânea. O eixo central implica no desenvolvimento de práticas de acolhimento, ou ainda, recriar ambientes, cujo sentimentos de pertença estejam explícitos.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Essa pesquisa buscou responder ao seguinte questionamento: é possível um ponto de intersecção entre mediação da informação e a consolidação e ampliação da atuação da mulher em espaços de poder na sociedade, pelo viés da diversidade? Mediante a esse problema, o objeto foi apresentar uma leitura da mediação da informação nas relações de espaço de poder, considerando a diversidade sociocultural existente na sociedade contemporânea. Soma-se ainda, o objetivo específico que se desdobra em colaborar para com a compreensão da mediação da informação como um processo para a consolidação e ampliação de conquistas das mulheres nos espaços de poder demarcados na sociedade brasileira.

Em termos gerais, a Ciência da Informação, por seu caráter interdisciplinar, possibilita analisar as relações na sociedade e, por meio do processo de mediação da informação, favorece ações ao profissional da informação para promover mudanças sociais. Nesse viés, foi possível nesse trabalho demonstrar a importância das ações de interferência desse (a) profissional, que dependerá do ambiente social e cultural que o (a) profissional está atuando para serem planejadas e executadas em prol das mudanças sociais, quanto à disseminação de informações nas mais variadas ambiências de equipamentos informacionais, a exemplo de ambientes virtuais, bibliotecas e todas as outros meios de produzir, organizar, armazenar e disseminar a informação, de modo a contribuir para a ampliação das conquistas e da permanência das mulheres nos espaços de poder. Além disso, apresentou-se o contexto histórico e sociocultural da mulher, justificando-se a importância de sua presença nos espaços políticos, nos quais a participação feminina ainda é pouco expressiva.

As reflexões apresentadas demonstraram a relevância da mediação da informação no que tange, principalmente, à lei de cotas eleitorais, bem como a trajetória histórico-social da

mulher na sociedade, traçando caminhos que conduzem para a necessidade de discutir a diversidade sociocultural em todos os espaços.

O enfoque aqui apresentado, condiz com a participação da mulher no universo da política institucional. Trata-se, claramente, de um contexto repleto de discriminações e opressões, mesmo quando as mulheres apresentam maiores níveis de educação formal. O papel da mediação da informação, neste cenário, é forjar com algumas barreiras vivenciadas por este grupo, desde que, reconheça a existência de mecanismos sociais de discriminação, e ao mesmo tempo, atue nos processos transformativos da cultura política, não naturalizando tal contexto discriminatório.

Por se tratar de uma pesquisa inicial, as reflexões aqui apresentadas estão sujeitas à realização de outros estudos que possam contribuir para a discussão sobre a ascensão da mulher nos espaços de poder, bem como a inter-relação da mediação da informação no universo da diversidade sociocultural que caracteriza a sociedade brasileira.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, L. M.; FARIAS, G. B. Competência e mediação da informação no processo de educação do usuário: concepção bibliotecária. *In*: FARIAS, G. B.; FARIAS, M. G. G. (org.).

Competência e mediação da informação: percepções dialógicas entre ambientes abertos e científicos [recurso eletrônico]. São Paulo: ABECIN, 2019.

ALMEIDA JÚNIOR, O. F. Mediação da informação e múltiplas linguagens. **Pesq. bras. Ci. Inf.**, Brasília, v. 2, n. 1, p. 89-103, jan./dez. 2009. Disponível em:

https://brapci.inf.br/_repositorio/2010/01/pdf_9aa58ba510_0007871.pdf. Acesso em: 14/09/2020.

ALMEIDA JÚNIOR, O. F. Mediação da informação: um conceito atualizado. *In*: BORTOLIN, S.; SANTOS NETO, J. A.; SILVA, R. J. (org.). **Mediação oral da informação e da leitura**. Londrina: ABECIN, 2015, p. 9-32.

ALMEIDA JÚNIOR, O. F.; SANTOS, C. A. Mediação, informação, competência em informação e criticidade. *In*: FARIAS, G. B.; FARIAS, M. G. G. (org.). **Competência e mediação da**

informação: percepções dialógicas entre ambientes abertos e científicos. São Paulo: ABECIN, 2019, p. 96-113. Disponível em: <https://portal.abecin.org.br/editora/issue/view/19>. Acesso em: 15 nov. 2020.

ALMEIDA JÚNIOR, O. F.; SANTOS NETO, J. A. Mediação da informação e a organização do conhecimento: inter-relações. **Informação & Informação**, Londrina, v. 19, n. 2, p. 16-116, maio/ago. 2014. Disponível em:

http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/article/view/16716/pdf_25. Acesso em: 20 jan. 2021.

ARAÚJO, C. Rotas de ingresso, trajetórias e acesso das mulheres ao legislativo: um estudo comparado entre Brasil e Argentina. **Estudos feministas**, Florianópolis, v. 2, n. 18, p. 567-584, maio/ago. 2010.

ARAÚJO, C. Potencialidades e limites da política de cotas no Brasil. **Estudos feministas**, Florianópolis, 2001.

BELLUZZO, R. C. B.; SANTOS, C. A.; ALMEIDA JÚNIOR, O. F. A competência em informação e sua avaliação sob a ótica da mediação da informação: reflexões e aproximações teóricas. **Inf. Inf.**, Londrina, v. 19, n. 2, p. 60-77, maio/ago. 2014. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao>. Acesso em: 13 nov. 2020.

BIROLI, F. Gênero e política no noticiário das revistas semanais brasileiras: ausência e estereótipos. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 34, p. 269-299, jan./jun. 2010

BIROLI, F. **Gênero e desigualdades limites da democracia no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2016.

BIROLI, F. Responsabilidades, cuidado e democracia. **Revista Brasileira de Ciência Política**, Brasília, n. 18, p. 81-117. 2010

BORTOLIN, S.; SANTOS NETO, J. A. Mediação oral da informação: a visibilidade dos mediadores da ciência da informação. In: BORTOLIN, S.; SANTOS NETO, J. A.; SILVA, R. J. (org.). **Mediação oral da informação e da leitura**. Londrina: ABECIN, 2015, p. 33-58.

CÂMERA DOS DEPUTADOS. **Bancada feminina na câmara será composta por 77 deputadas na nova legislatura**. Disponível: <https://www.camara.leg.br/noticias/550935-bancada-feminina-na-camara-sera-composta-por-77-deputadas-na-nova-legislatura/>. Acesso em: 25 maio 2020.

CASTRO, I. E. O espaço político: limites e possibilidade do conceito. In: CASTRO, I. E.; GOMES, P. C. C.; CORRÊA, R. L. (org.). **Olhares geográficos: modos de ver e viver o espaço**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.

FADEL, B. *et al.* Gestão, mediação e uso da informação. In: VALENTIM, M. L. P. (org.). **Gestão, mediação e uso da informação**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2010, p. 13-32. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/handle/11449/110767>. Acesso em: 09 set. 2020.

GIL, A. C. **Como elaborar projeto de pesquisa**. 4ª ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GOMES, H. A dimensão dialógica, estética, formativa e ética da mediação da informação. **Informação&Informação**, Londrina, v. 19, n. 2, p. 46 – 59, maio/ago. 2014. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/article/download/19994/19090>. Acesso em: 15 set. 2020.

GOMES, R. Análise e interpretação de dados de pesquisa qualitativa. In: MINAYO, M. C. S. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Vozes, 2016.

KMLICKA, W. **Filosofia política contemporânea**. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

LARAIA, R. B. **Cultura**: um conceito antropológico. Rio de Janeiro: Zahar, 1986.

MIGUEL, L. F. Perspectivas sociais e dominação simbólica: a presença política das mulheres entre Iris Marion Young e Pierre Bourdieu. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, v. 18, n. 36, p. 25-49, jun. 2010.

PINTO, C. R. J. Feminismo, história e poder. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, v. 18, n. 36, p. 15-23, 2010.

SANTOS NETO, J. A. **O estado da arte da mediação da informação**: uma análise histórica da constituição e desenvolvimento dos conceitos. 2019. 462f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista (Unesp), Marília, 2019. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/handle/11449/181525>. Acesso em: 7 set. 2020.

VALENTIM, M. L. P. Construção do conhecimento científico. *In*: VALENTIM, M. L. P. (org.). **Métodos qualitativos de pesquisa em ciência da informação**. São Paulo: Polis, 2005, p. 7-28.